

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS**

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2018

DENOMINAÇÃO CENTRO SOCIAL DE COIMBRÕES

MORADA Rua Domingos de Matos

N. 544 ANDAR LOCALIDADE Vila Nova de Gaia

FREGUESIA Santa Marinha

CONCELHO Vila Nova de Gaia

COD. POSTAL 4400-120

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Vila Nova de Gaia , ____

Vila Nova de Gaia , ____

ASSINATURAS

João de Jesus Oliveira
António Joaquim Almeida Lages
Marcelo Adolpho Oliveira Ferreira
60666

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Francisco Joaquim Nogueira
VD pete

CENTRO SOCIAL COIMBROES
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 500933235
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	18 155,10	25 801,08
Ativos intangíveis	5	0,00	246,17
Investimentos financeiros	11.1	1 180,14	866,44
		19 335,24	26 913,69
Activo corrente			
Inventários	6	463,84	359,96
Créditos a receber	11.3	1 897,38	264,00
Estado e outros entes públicos	11.9	4 459,38	2 516,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	376,00	359,00
Diferimentos	11.5	41 751,18	41 387,63
Outros ativos correntes	11.4	16 598,70	5 049,11
Caixa e depósitos bancários	11.6	61 206,07	68 103,95
		126 752,55	118 040,03
Total do ativo		146 087,79	144 953,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	20 866,70	20 866,70
Resultados transitados	11.7	46 515,45	24 493,71
		67 382,15	45 360,41
Resultado líquido do período		4 089,70	22 021,74
Total dos fundos patrimoniais		71 471,85	67 382,15
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	4 206,18	5 694,76
Estado e outros entes públicos	11.9	19 054,14	17 820,41
Outros passivos correntes	11.10	51 355,62	54 056,40
		74 615,94	77 571,57
Total do passivo		74 615,94	77 571,57
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		146 087,79	144 953,72

A Direção

Contabilista Certificado

Adriana de Oliveira Osório

Anabela Figueira Almeida Lacerda

Maria Adelaide Glória Figueira Figueira

[Assinatura]
14/10/18

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

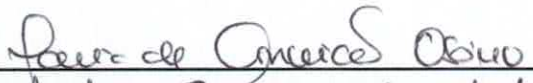
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	271 445,47	257 041,42
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.11	303 131,47	286 066,50
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-45 967,97	-42 335,48
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-142 393,22	-105 181,57
Gastos com o pessoal	9	-374 571,38	-366 740,41
Aumentos/reduções de justo valor	11.13	0,00	0,81
Outros rendimentos	11.14/11.16	4 186,21	4 097,28
Outros gastos	11.15	-1 595,79	-1 142,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 234,79	31 805,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-10 145,07	-9 784,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 089,72	22 021,74
Juros e gastos similares suportados	11.16	-0,02	0,00
Resultados antes de impostos		4 089,70	22 021,74
Resultado líquido do período		4 089,70	22 021,74

A Direção

Contabilista Certificado


 António Jesus Almeida Lencastre
 Maria Adelaide Oliveira Ferragira Guedes



Entidade: CENTRO SOCIAL COIMBROES
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500933235

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	CAF - 2017/2018	CAF - 2018/2019	CAF - Férias Páscoa	CAF - Férias Verão	CAF - Férias Natal	Creche	Pré-escolar	CATL	PERÍODOS	
										2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	17 164,10	13 164,00	3 144,50	21 831,69	1 899,00	52 380,71	95 194,89	66 666,58	271 445,47	257 041,42
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9/11.12	-9 337,66	-6 919,93	-1 355,11	-3 159,13	-950,70	-125 386,38	-184 957,32	-89 277,07	-421 303,30	-409 075,89
Resultado Bruto		7 826,44	6 244,07	1 789,39	18 672,56	948,30	-73 005,67	-89 762,43	-22 570,49	-149 857,83	-152 034,47
Outros Rendimentos	8/11.11/11.13/11.14/11.16	4 294,25	2 243,08	282,38	11 530,39	264,05	108 748,68	156 656,87	23 297,98	307 317,68	290 164,59
Gastos administrativos	4/5/11.12	-12 117,25	-8 485,41	-2 071,77	-29 865,62	-1 212,35	-31 874,97	-56 781,70	-9 365,27	-151 774,34	-114 965,68
Outros Gastos	11.15	-3,44	-1,74	0,00	-337,33	0,00	-476,25	-676,73	-100,30	-1 595,79	-1 142,70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 391,79	9 436,01	-8 738,08	4 089,72	22 021,74
Gastos de financiamento (líquidos)	11.16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	-0,01	0,00	-0,02	0,00
Resultado antes de impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 391,78	9 436,00	-8 738,08	4 089,70	22 021,74
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 391,78	9 436,00	-8 738,08	4 089,70	22 021,74

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signatures and initials in black ink.

CENTRO SOCIAL COIMBROES
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		267 330,65	255 820,74
Pagamentos de apoios		-441,23	0,00
Pagamentos a fornecedores		-183 234,31	-150 202,33
Pagamentos ao pessoal		-235 304,81	-230 711,69
Caixa gerada pelas operações		-151 649,70	-125 093,28
Outros recebimentos/pagamentos		145 613,93	150 354,61
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-6 035,77	25 261,33
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 326,59	-1 127,68
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		1,92	5,33
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 324,67	-1 122,35
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		2 193,19	1 948,23
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-730,63	-705,96
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 462,56	1 242,27
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-6 897,88	25 381,25
Caixa e seus equivalentes no início do período		68 103,95	42 722,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		61 206,07	68 103,95

A Direção

Contabilista Certificado

Assinatura de Ana Carolina Oliveira
Assinatura de Ana Carolina Oliveira

MARIA ADILSON OLIVEIRA FERREIRA GOMES

Assinatura de Contabilista Certificado
 21/10/2018

CENTRO SOCIAL COIMBRÕES

Anexo


Demonstrações Financeiras

2018

Handwritten signature
Handwritten text: Adg 6506

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
5	Ativos Intangíveis	11
6	Inventários	12
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
11	Outras Informações	14
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	14
11.3	Créditos a receber.....	14
11.4	Outros ativos correntes	14
11.5	Diferimentos	15
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	15
11.7	Fundos Patrimoniais.....	15
11.8	Fornecedores	15
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	15
11.10	Outros passivos correntes.....	16
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.12	Fornecimentos e serviços externos	16
11.13	Aumentos /reduções justo valor.....	16
11.14	Outros rendimentos.....	17
11.15	Outros gastos	17
11.16	Resultados Financeiros	17
11.17	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
11.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	18



1 Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL COIMBRÕES” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” registada na Direção Geral da Segurança Social no Livro nº 8 das Associações sob o nº 84/01 a fls. 179 verso e 180 em 21/06/2001, com sede em Rua Domingos de Matos, 544, Vila Nova de Gaia.

Tem os seguintes objetivos:

- Colaborar na criação e educação das crianças da sua área de influência;
- Desenvolver e elevar o nível cultural da população da respetiva área;
- Coadjuvar os serviços públicos competentes e outras instituições ou entidades, num espírito de interajuda, solidariedade e colaboração.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

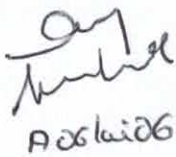
3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



Assinado
2016

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

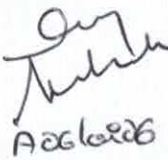
As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



Ag 6/2018

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

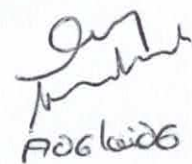
A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.



Adg 10/06

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

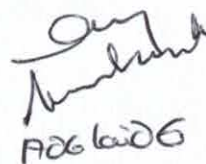
3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.



3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

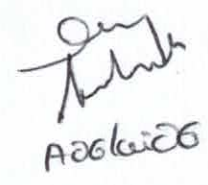
Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na seguinte tabela:



Assinado

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).



O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

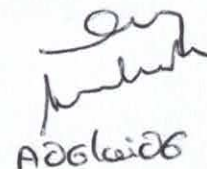
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



ADG 6/10/06

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.



4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

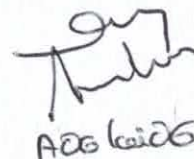
Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Equipamento Básico	42.716,85	1.864,95			44.581,80
Equipamento de Transporte	52.613,96				52.613,96
Equipamento Administrativo	3.177,46				3.177,46
Equipamento Informático	10.776,28	387,97			11.164,25
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.763,57				1.763,57
Ativo Tangível Bruto	111.048,12	2.252,92	0,00	0,00	113.301,04
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	38.329,72	1.344,79			39.674,51
Equipamento de Transporte	34.512,92	7.490,10			42.003,02
Equipamento Administrativo	1.509,81	435,04			1.944,85
Equipamento Informático	9.271,45	499,35			9.770,80
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.623,14	129,62			1.752,76
Depreciações Acumuladas	85.247,04	9.898,90	0,00	0,00	95.145,94
Ativo Tangível Líquido	25.801,08	-7.645,98	0,00	0,00	18.155,10

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Programas de computador	1.805,65				1.805,65
Ativo Intangível Bruto	1.805,65	0,00	0,00	0,00	1.805,65
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	1.559,48	246,17			1.805,65
Depreciações Acumuladas	1.559,48	246,17	0,00	0,00	1.805,65
Ativo Intangível Líquido	246,17	-246,17	0,00	0,00	0,00



6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	327,60	29.859,91	12.507,93	359,96	32.475,09	13.596,76	463,84
Total	327,60	29.859,91	12.507,93	359,96	32.475,09	13.596,76	463,84
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				42.335,48			45.967,97

7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços	271.445,47	257.041,42
Quotas de utilizadores	270.017,47	255.702,42
Quotas e joias	1.428,00	1.339,00
Outros Réditos	1,92	5,33
Juros	1,92	5,33
Total	271.447,39	257.046,75

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2018			31-12-2017		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	268.577,37	0,00	0,00	250.722,52
Autarquias – C. M. Vila Nova de Gaia	Não reembolsável	0,00	0,00	18.614,15	0,00	0,00	17.848,82
Autarquias – U. F. Sta. Marinha e S. Pedro Afurada	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TOTAL		0,00	0,00	287.191,52	0,00	0,00	271.571,34



9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Sociais, nos períodos de 2018 e 2017, foram de "11". Durante o período de 2018 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2017/2020, que se decompõem da seguinte forma:

Assembleia Geral

Presidente – Maria Joaquina Monge Mateus Topete;

1º Secretário – Cristina Maria Macieira Correia Ganchas;

2º Secretário – Teresa Maria Martins Silva Camacho Araújo.

Direção

Presidente – Maria da Conceição Oliveira Osório;

Vice-Presidente – António Joaquim de Almeida Lacerda;

Tesoureiro – Maria Adelaide Oliveira Ferreira Guedes;

Secretário – Marta Raquel Monteiro Ângelo;

Vogal – Rui Jorge Diegues Borges.

Conselho Fiscal

Presidente – Sónia Albertina Jesus Mendes Correia;

Vogal – Luís Pedro da Rocha Araújo;

Vogal – Helga Carvalho Vieira.

Todos os membros dos Órgãos Sociais estão em regime de voluntariado não recebendo qualquer contrapartida financeira pelas funções desempenhadas.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 e em 31/12/2018 foram de "24".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	302.185,19	295.981,26
Indemnizações	249,90	624,77
Encargos sobre as Remunerações	67.204,49	65.790,85
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.374,73	2.852,50
Outros Gastos com o Pessoal	1.557,07	1.491,03
Total	374.571,38	366.740,41

Assinatura
A20626

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros investimentos financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	1.180,14	866,44
Total	1.180,14	866,44

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Associados	376,00	359,00
Total	376,00	359,00

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes		
Utentes	1.897,38	264,00
Total	1.897,38	264,00

11.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Entidades do Setor Público Administrativo		
C. M. Vila Nova de Gaia - CAF	16.598,70	5.049,11
Total	16.598,70	5.049,11



11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	831,56	1.080,21
Rendas antecipadas	20,73	20,49
Obras/Reparações	40.898,89	40.286,93
Total	41.751,18	41.387,63
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	4.291,16	1.926,70
Depósitos à ordem	27.809,64	37.073,90
Depósitos a prazo	29.105,27	29.103,35
Total	61.206,07	68.103,95

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	20.866,70	0,00	0,00	20.866,70
Resultados transitados	24.493,71	22.021,74	0,00	46.515,45
Total	45.360,41	22.021,74	0,00	67.382,15

11.8 Fornecedores

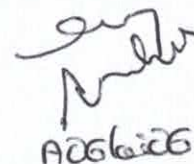
O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores	4.206,18	5.694,76
Total	4.206,18	5.694,76

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.459,38	2.516,38
Total	4.459,38	2.516,38
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.760,00	4.249,00
Segurança Social	14.252,24	13.536,16
Fundo Compensação do Trabalho	41,90	35,25
Total	19.054,14	17.820,41



ADG626

11.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Utentes com adiantamentos	0,00	0,00	0,00	1.892,44
Pessoal				
Sindicatos	0,00	0,00	0,00	27,90
Credores por acréscimo de gastos	0,00	51.355,62	0,00	51.176,23
Entidades do Setor Público Administrativo – ISS. IP	0,00	0,00	0,00	959,83
Total	0,00	51.355,62	0,00	54.056,40

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios das Entidades Públicas	287.191,52	271.571,34
Doações e heranças - Donativos	15.939,95	14.495,16
Total	303.131,47	286.066,50

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	763,95	0,00
Serviços especializados	61.231,82	48.105,43
Materiais	3.464,94	1.979,81
Energia e fluidos	13.651,25	11.841,25
Deslocações, estadas e transportes	13.280,03	5.490,54
Serviços diversos	34.187,04	26.113,76
Encargos com utentes	15.814,19	11.650,78
Total	142.393,22	105.181,57

11.13 Aumentos /reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2018 e 2017 ganhos de "justo valor" nas seguintes rubricas:

Descrição	2018	2017
Em instrumentos financeiros	0,00	0,81
Total	0,00	0,81



11.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Rendimentos	4.184,29	4.091,95
Rendimentos Suplementares	3.767,28	3.770,30
Descontos de pronto pagamento obtidos	15,00	0,00
Outros rendimentos	402,01	321,65
Juros e Rendimentos Similares	1,92	5,33
Juros obtidos	1,92	5,33
Total	4.186,21	4.097,28

11.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	459,06	201,92
Outros Gastos	1.136,73	940,78
Total	1.595,79	1.142,70

11.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
	0,02	0,00
Total	0,02	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,92	5,33
Total	1,92	5,33
Resultados Financeiros	1,90	5,33

11.17 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2018, foi o seguinte:

Creche – 30 utentes;

Pré-escolar – 64 utentes;

CATL – 43 utentes;

CAF – 200 utentes.

11.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

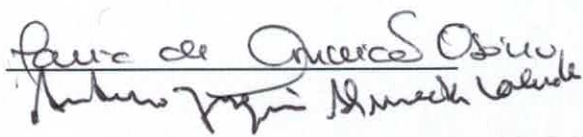
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Nova de Gaia, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção


MARIA ADELAIDE OLIVEIRA FERREIRA
606265